

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2004

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a"

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA ATUAL
	JAN2004 A DEZ/2004
DESPESA COM PESSOAL (I)	198.248.067,84
Pessoal Ativo	184.916.229,50
Pessoal Inativo e Pensionista	13.331.838,34
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	60.090.621,90
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	10.446.266,60
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	33.722.685,51
(-) Inativos com Recursos Vinculados	0,00
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte	15.921.669,79
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18,§ 1º da LRF) (II)	0,00
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	138.157.445,94
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)	2.950.836.000,00
% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	4,68%
LIMITE LEGAL (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6	177.050.160,00
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 20 da LRF) - 5,7	168.197.652,00
DIFERENÇA PARA O LIMITE PRUDENCIAL	30.040.206,06
DIFERENÇA PARA O LIMITE LEGAL	38.892.714,06

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2004

LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V

RS

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	11.064.113	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	2.850.806
Caixa	-	Depósitos	1.501.590
Bancos	11.064.113	Restos a Pagar Processados	1.349.216
Conta Movimento	11.064.113	Do Exercício	843.803
Contas Vinculadas	-	De Exercícios Anteriores	505.413
Aplicações Financeiras	-	Outras Obrigações Financeiras	-
Outras Disponibilidades Financeiras	-		
SUBTOTAL	11.064.113	SUBTOTAL	2.850.806
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	8.213.307
TOTAL	11.064.113	TOTAL	11.064.113
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			465.779
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			7.747.528,00

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2004

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	505.413	241.379	195.447	5.674.549	-
FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO	-	602.424	270.332	2.538.758	-
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA					
TOTAL	505.413	843.803	465.779	8.213.307	-
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
RECURSOS DO TESOURO	505.413	241.379	19.599.301	5.674.549	-
RECEITAS OPERACIONAIS A FUNDO	-	602.424	270.332	2.538.758	-
TOTAL	505.413	843.803	19.869.633	8.213.307	

FONTE: SIAFEM

Nota Explicativa: Nos Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, não foi incluído o valor de R\$ 19.403.854,23 correspondente ao pagamento de sentença judiciais (precatórios) consignados no orçamento de 2004 e não pagos, uma vez que os precatórios não se constituem despesas do Poder Judiciário, seja de capital ou custeio. Cabe apenas ao Judiciário receber os recursos oriundos do Executivo para essa finalidade e proceder ao pagamento segundo o disposto no art.100 da Constituição Federal.